

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: O desafio da transição do setor de energia	2
Título: Sem água, energia mais cara	5
Título: Um novo perfil para a Eletrobras	7
Título: Como será o amanhã no setor de petróleo	9
Título: Incentivo para gerar sua própria energia	12
Título: Governo espera levantar R\$ 11 bi com concessão de hidrelétricas	14
Título: Lei de licenciamento ambiental é criticada	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Governo espera arrecadar R\$ 11 bi com leilão de hidrelétricas	17
Título: Petrobras obtém licença para operar plataforma no pré-sal	19
Título: Bandeira vermelha na conta de luz deve durar até novembro	19
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	20
Título: Petrobrás reduz drasticamente o custo de captação	20
Título: Aneel vê mais atraso em obras da Abengoa	21
Título: Notas	22
VEÍCULO: Valor Econômico	22
Título: Mudança nas cotas 'perturbaria' tarifas, diz Aneel	22
Título: A luta para não elevar o corte dos gastos	24
Título: Governo estuda acelerar MP da mineração	26
Título: Cemig negocia com investidores canadenses parceria em leilão	28
Título: Elétricas levam proposta à Aneel para encerrar caso GSF	30
Título: Ibama libera produção de plataforma da Petrobras no pré-sal	32

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: O desafio da transição do setor de energia**

Para especialistas, país precisa quitar dívidas de políticas malsucedidas e voltar a atrair investimentos.

O setor de energia vive um momento de profunda reformulação no país. Além do desafio de quitar dívidas decorrentes de políticas malsucedidas, como a redução forçada das tarifas, em 2012, o que acabou por desestruturar o setor, precisa se preparar para um cenário futuro no qual se estima que o petróleo terá papel menos relevante. Tudo isso sem perder de vista a necessidade de construir um ambiente regulatório propício para investimentos, de modo a atrair o setor privado para as oportunidades de negócios no segmento de óleo, gás e geração elétrica no país, avaliam especialistas presentes ao encontro “E agora, Brasil?” sobre o setor de energia, promovido pelo GLOBO com patrocínio da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e apoio da Siemens e do Banco Modal na Maison de France na última terça-feira. O debate reuniu o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e o ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo e sócio-diretor da DZ Negócios com Energia David Zylbersztajn, e foi mediado por Maria Fernanda Delmas, editora executiva, e por Flávia Barbosa, editora de Economia, além de contar com a presença de colunistas e editores do GLOBO. — O cenário é desafiador não só do ponto de vista da política e da economia. Havia uma série de passivos que foram contratados no passado que estão estourando ou prestes a estourar e outros problemas que eu ainda nem conheço. Estamos tentando “reinstitutionalizar” o setor, que nos últimos anos deixou de ser estável e ter regras claras — afirmou o ministro.

MUDANÇAS NA REGULAMENTAÇÃO

Para Zylbersztajn, o governo assumiu o setor com uma conjuntura bastante desfavorável, diante dos questionamentos judiciais decorrentes da medida provisória (MP) 579, que forçou a queda de preços, e da redução na cotação do petróleo no mercado internacional, muito longe dos US\$ 100 da década passada. — Não se faz isso (queda de preço) por medida provisória. O setor entrou depois disso numa espiral negativa por insegurança jurídica — disse. O time do GLOBO presente ao encontro incluiu o diretor de Redação do GLOBO, Ascânio Seleme, os colunistas Ancelmo Gois e José Casado, os editores executivos Paulo Motta e Denise Ribeiro, o editor Pedro Dias Leite (País) e os chefes das sucursais de São Paulo, Aguinaldo Novo, e de Brasília, Sergio Fadul. Além das medidas para reequilibrar financeiramente todos os agentes do mercado, desde grandes geradoras do grupo Eletrobras, transmissoras e distribuidoras, o ministro

destacou as medidas que foram adotadas para atrair novos investimentos ao setor de óleo e gás. Algumas das principais foram o fim da obrigatoriedade de a Petrobras atuar como operadora em todos os campos do pré-sal e a mudança nas regras de conteúdo local, a fim de tornar as metas exequíveis para a indústria nacional. Um dos focos de otimismo no setor é a criação de um calendário de leilões de óleo e gás no país até 2019.

A definição de um cronograma de longo prazo, na avaliação do ministro, garante a previsibilidade necessária para atrair o setor privado para as oportunidades de negócios na área. Jorge Monteiro, presidente da refinaria de Manguinhos, empresa do setor privado situada no Rio, avalia que existem perspectivas de expansão do setor de petróleo no país. Manguinhos é uma das refinarias mais antigas do país, criada em 1946, antes da instituição do monopólio, em 1953, e tem planos de modernização. — Temos uma visão otimista porque o mercado de óleo e gás no Brasil é promissor sempre, temos uma demanda que não está completamente atendida e somos uma empresa privada que vive avaliando oportunidades — destacou Monteiro, que elogiou o diálogo promovido pelo governo com o setor para viabilizar a atração de investimentos. Para Christiano Ayres, do Banco Modal, a modernização de regras do setor e a realização de vários leilões permitirão a retomada dos investimentos:

— É um setor que vai viver um momento muito importante, especialmente para o Rio. O importante agora é o governo dar estabilidade, dar o marco regulatório para que investidores estrangeiros, em especial, fiquem confortáveis para investir no país. Apesar das perspectivas favoráveis, Zylbersztajn ressalta que o país perdeu uma oportunidade na década passada, quando o país suspendeu, em 2007, todos os leilões para exploração de petróleo. Segundo ele, não há chance de a cotação do barril voltar ao patamar de US\$ 100. — Naquela época, o mercado e o Brasil estavam ávidos por petróleo e, naquele momento, o governo teria feito uma quantidade enorme de dinheiro. Teria garantido a atividade do setor para a economia do Brasil e do Rio de Janeiro — disse.

CAMINHOS ALTERNATIVOS

Para Carlos Thadeu de Freitas, economista-chefe da Confederação Nacional do Comércio (CNC) e ex-diretor do Banco Central, o evento foi muito importante para mostrar que o país tem alternativa de investimentos tanto na área de petróleo como na de energia elétrica e fontes alternativas. — O evento teve uma boa discussão e mostrou que temos bons projetos no Brasil — disse. O diretor-geral da Infoglobo, empresa que edita os jornais O GLOBO, “Extra” e “Expresso”, Frederic Kachar, avaliou que o evento foi mais um debate de alto nível sobre um tema muito relevante para o desenvolvimento do país.

— Tanto o ministro quanto David levantaram de forma bem didática questões muito pertinentes sobre as apostas que devemos fazer em matéria de matriz energética para o futuro, assim como sobre os gargalos e desafios que temos hoje — disse Kachar. Ascânio Seleme, diretor de Redação do GLOBO, explicou que o projeto “E agora, Brasil?” teve início logo após o impeachment de Dilma Rousseff, no ano passado, quando começou a se discutir o que seria do país. — Já fizemos seis eventos e discutimos alternativas para o país e como caminhar até elas. Esse é o nosso papel e o papel da imprensa. É mostrar caminhos alternativos — disse Seleme.

UM SETOR COM DÍVIDAS EM SÉRIE

A desestruturação promovida no setor elétrico com a redução forçada das contas de luz em 2012 deixou dívidas bilionárias que ainda poderão pesar no bolso do consumidor. Segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a Eletrobras, estatal do setor elétrico, sofre hoje com um passivo superior a R\$ 67 bilhões, reflexo dos erros cometidos na condução da política energética nos últimos anos. Os números, porém, ainda podem ser maiores. — Se você falasse para o consumidor brasileiro que ia ter uma redução de 20% na conta de luz e que, lá na frente, você cobraria isso com juros e correção monetária, todo mundo ia falar para deixar como está. Isso foi uma grande injustiça que foi feita com o consumidor — disse o ministro no seminário “E agora, Brasil?”.

Durante o debate, o ministro citou exemplos de alguns dos esqueletos da Eletrobras. Ele destacou os R\$ 30 bilhões do valor dos empréstimos feitos pelas empresas do grupo. Além disso, citou outros R\$ 23 bilhões referentes às usinas Teles Pires, em Mato Grosso, Belo Monte, no Pará, além de Santo Antônio e Jirau, ambas em Rondônia. Esse valor é fruto do passivo oriundo do GSF (em razão do baixo nível de chuvas, as geradoras são obrigadas a honrar seus compromissos comprando energia no mercado livre, acarretando perdas). — Tem muito passivo em aberto. Se pegar a dívida da Amazonas Energia com a BR Distribuidora, ela soma R\$ 14 bilhões. Angra 3 tem uma conta bastante considerável. A Eletronuclear já colocou R\$ 9 bilhões em Angra 3.

Estou tentando diminuir o passivo da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético, que é um encargo) — disse o ministro. Este somatório de perdas não se trata apenas de um problema contábil no resultado das empresas, mas acaba contribuindo para a judicialização do setor: — Isso está sendo dialogado com os agentes. Ainda há passivos relativos à transmissão de alguns bilhões. Estamos debruçados com as transmissoras para saber como vamos sair disso. É fruto da medida lá de trás de se fazer uma redução na conta de luz na canetada.

INVESTIMENTOS CANCELADOS

A lista de problemas inclui ainda projetos que tiveram de ser deixados para trás por não terem se mostrado viáveis. O ministro citou como exemplos projetos da Petrobras como o Complexo Petroquímico, o Comperj, em Itaboraí, no Rio de Janeiro, e a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, além de refinarias premium que seriam construídas no Maranhão e no Ceará. Estas decisões de investimentos já foram canceladas, mas levaram a empresa a gastar bilhões com terraplanagem. — Uma hora se confundiu uma companhia de exploração e produção de petróleo com o desenvolvimento da energia nacional. E, num cenário de mais de US\$ 100 o barril, cabia qualquer desaforo dentro desse plano. Essa foi outra coisa que o Brasil não soube dosar. Basta olhar o exemplo dos estaleiros. Chegou uma hora em que todo mundo queria ter estaleiro. E todo mundo saiu construindo. São situações bastantes desafiadoras — disse o ministro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Sem água, energia mais cara

Ministro afirma que risco de apagão ou racionamento está descartado no país

O país não corre o risco de ficar sem energia, mas ela vai continuar cara e por um bom tempo. Esse foi o alerta dado pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, durante o evento “E agora, Brasil?”. Mesmo com o nível de reservatórios baixo em relação aos últimos anos, o ministro descartou a hipótese de um novo apagão ou de racionamento. — Não há risco de apagão. Isso é recorrentemente questionado. Não vai faltar energia. O problema é a que preço. É inconcebível no país que temos, já há todas as fontes de energia no país, ter que ficar esperando para ver se vai chover. Não dá para achar isso normal — afirmou Coelho Filho. Segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), os reservatórios do Nordeste estão atualmente em 20,7% de sua capacidade.

Os da região Centro-Oeste/Sudeste estão em 41,5%, seguidos do Sul, com 43,2%, e os do Norte, com 66%. Para poupar esses reservatórios, o governo precisa recorrer às usinas termelétricas, que pesam mais no bolso do consumidor, pois têm um custo por megawatt maior em relação ao das usinas hidrelétricas. — O governo tomou a decisão de não fazer mais usinas com reservatórios. Hoje as novas hidrelétricas são a fio d'água (sem reservatório). As grandes usinas (com reservatório) estão no Nordeste, e estamos com a hidrologia adversa nos últimos seis anos. Já estamos com bandeira vermelha (sobretaxa na conta de luz) e ela seguirá devido aos custos da nossa geração termelétrica. Isso é outro desafio. Precisamos que elas tenham um custo mais competitivo. Mas essa transição você não faz de uma hora para outra — disse o ministro.

SITUAÇÃO DIFÍCIL NO NORDESTE

Ele alertou para a situação do Nordeste. Lembrou que a maior usina da região, a de Sobradinho, no Rio São Francisco, está abaixo de 15% da capacidade. Como, segundo ele, o período de chuvas só começa em dezembro, haverá “certamente dificuldade”. Segundo ele, a Região Sudeste está numa situação pouco mais confortável. — No Nordeste, já dependemos basicamente de geração termelétrica, eólica e importação de mercados do Sudeste e Norte. E estamos indo para uma situação muito delicada para o segundo semestre em relação à geração hídrica no Nordeste. A energia hidrelétrica no Nordeste já é a quarta fonte mais importante, atrás de importação de energia de outras regiões do país, eólica e termelétrica. Não vai faltar energia, mas para gerar vai ter um preço — disse o ministro.

Para David Zylbersztajn, ex-diretor geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e sócio-diretor da DZ Negócios com Energia, a descentralização, com o próprio consumidor gerando sua energia, por meio de placas solares ou geração distribuída, é um dos caminhos a serem percorridos no Brasil. — É preciso descentralizar a produção de energia. Essa é uma das saídas. Deveria se pensar como permitir o avanço sem a intervenção do governo. Em geral, o governo atrapalha. Nos últimos anos, o consumidor passou a conviver com a forte oscilação na tarifa de energia. Em 2015, segundo dados do IBGE, a conta de luz teve alta de 51%. Com as mudanças drásticas, ficou cada vez mais difícil planejar o orçamento e a trajetória da tarifa se converteu num verdadeiro eletrocardiograma.

Para o ministro, este quadro reflete as escolhas erradas feitas no passado. — Antes vocês tomava a decisão de qual fonte de energia ia contratar com base em quanto o investidor ia ganhar. E isso gerou uma série de distorções, criando um custo maior para o consumidor. Lá atrás, para ter energia pelo calendário eleitoral, e uma série de outras coisas, você usou os reservatórios, quando sabia que o cenário era bastante adverso adiante — disse ele. Além disso, o ministro questionou o que chamou de “penduricalhos” na conta de luz. São uma série de encargos que os brasileiros arcam no preço final da energia elétrica, reunidos na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). E apresentou uma triste realidade: o consumidor paga mais pelos subsídios do que pelos serviços da distribuidora.

— Esses benefícios, que foram concedidos e subindo aos poucos, chegaram a R\$ 18 bilhões no ano passado. Chegamos na situação que, hoje, na conta de energia que a gente paga na nossa casa tem mais subsídios do que (serviço da) distribuidora. Essa é a realidade. Isso está pesado o suficiente e estrangula ainda mais o consumidor — afirmou o ministro. Coelho Filho destacou iniciativas como a maior fiscalização e a própria decisão do governo de tirar o controle e a gestão da CDE da Eletrobras: — Já reduzimos uma conta de R\$ 18 bilhões para R\$ 15

bilhões. E a expectativa é que o número caia para R\$ 13 bilhões. Entendo a provocação de um amigo do setor, que me perguntou se eu já sabia rezar para São Pedro. Estou tratando de aprender.

NO RIO, FURTO DE ENERGIA É RECORRENTE

Distribuidora arca com custos mesmo quando não consegue acessar áreas

O Rio de Janeiro é um dos estados que mais sofrem com o roubo de energia. A Light, que atende a 31 municípios do Estado do Rio, perde, em razão dos furtos, 43% da energia que gera. O efeito da prática, que, segundo David Zylbersztajn, se tornou generalizada, é percebido no bolso dos consumidores. Segundo ele, 17% do valor da tarifa visam a compensar o roubo. O especialista ressalta que o “gato” não é encontrado apenas em comunidades pobres, mas até em condomínios em áreas nobres da cidade e pequenos estabelecimentos comerciais.

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, destaca que a distribuidora não deveria arcar com os custos em situações nas quais é impedida de entrar em comunidades dominadas pelo tráfico: — A distribuidora do Rio vive situação inédita porque não consegue acessar a área para fazer o corte de luz ou manutenção. Ela pede à autoridade do Estado, que é a polícia, para poder fazer o trabalho. E a autoridade diz que não vai lá e que a empresa não deve ir. E a agência (Agência Nacional de Energia Elétrica) não reconhece isso como perda.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Um novo perfil para a Eletrobras

Um dos pilares da mudança que o governo pretende realizar no setor elétrico é a definição de um novo perfil para a Eletrobras. A holding do setor elétrico vem tentando sanear suas dívidas e equilibrar seu caixa com um pesado plano de venda de ativos e corte de pessoal. Embora não descarte a hipótese de uma capitalização pelo governo, o ministro Fernando Coelho Filho avalia que, diante das dificuldades para equilibrar as contas públicas, o primeiro passo será “fazer o dever de casa” na estatal. Uma das hipóteses em estudo é a venda de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) das quais a Eletrobras participa. Nas contas do governo, são 170 SPEs avaliadas em R\$ 20 bilhões, que incluem empreendimentos de grande porte no setor, como as usinas de Belo Monte e Santo Antônio. — A nova ótica de visão de negócios é mais focada na geração e transmissão. Assim, vamos ver o que faz sentido ou não mobilizar. A Eletrobras contratou um consultor financeiro que vai fazer a desmobilização de ativos e uma

série de outras coisas que precisam ser cortadas, e nós vamos cortar — adiantou o ministro no evento “E agora, Brasil?”.

Para reforçar o caixa da empresa, o ministro disse que a Eletrobras pode avaliar a venda de sua fatia na usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, e de Santo Antônio e Jirau, ambas no Rio Madeira, em Roraima. Disse ainda que já foi aprovada em assembleia geral da estatal a venda das distribuidoras federalizadas em estados das regiões Norte e Nordeste. — A Eletrobras não ficará mais com suas distribuidoras. O valor presente das seis distribuidoras é negativo em R\$ 13 bilhões. Evidentemente, você não vai fazer todo mundo bater palma para toda mudança que faz com um discurso de racionalidade econômica e redução de custos. Sabemos que temos resistência. E estamos tentando vencer essa agenda — afirmou Coelho Filho. Ele explicou ainda que as participações da estatal nas geradoras Eletrosul, Eletronorte, Furnas e Chesf estão sendo ainda incorporadas à holding como forma de melhorar o perfil da dívida das companhias: — Mas não tem decisão de venda dessas quatro. Isso está fora do radar.

PARCERIA COM SETOR PRIVADO NA ENERGIA NUCLEAR

Ele destacou ainda o cronograma de demissões na empresa. A meta é reduzir o número de funcionários totais da empresa em dez mil pessoas. — Ninguém gosta de fazer uma pauta como essa se não há necessidade. Dos 24.000 funcionários, nossa meta com os PDVs (programas de demissão voluntária) e as vendas das distribuidoras é poder ficar com cerca de 14.000 funcionários. É uma redução de dez mil funcionários. E isso tem resistência. A Eletrobras não aguenta ficar na situação em que está. Não pode ter uma holding como a Eletrobras com 1.300 funcionários quando empresas similares do mercado têm de 350 a 400 funcionários — disse. De olho na redução dos custos, o ministro informou que a intenção do governo federal é chamar a iniciativa privada para a conclusão das obras de Angra 3, paralisadas desde setembro de 2015, com o projeto na mira da Lava-Jato. O ministro antecipou que a ideia é que o assunto seja levado para votação na reunião do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) prevista para junho.

O objetivo é encaminhar uma proposta para a criação de uma SPE (Sociedade de Propósito Específico), na qual a iniciativa privada se associaria com a Eletronuclear, a subsidiária da Eletrobras para a energia nuclear, para concluir a obra. O ministro explicou que, de acordo com a legislação, a Eletronuclear seria a responsável pela operação da usina, e a iniciativa privada participaria com os investimentos na construção. Segundo o ministro, já foram gastos cerca de R\$ 9 bilhões na construção de Angra 3, e outros R\$ 9 bilhões serão necessários para que ela possa entrar em operação. A avaliação é que seria mais caro desistir do projeto depois de ter investido tempo e recursos bilionários na usina. — O governo não tem recursos, e a Eletrobras não dispõe (de dinheiro). Então vai para

o CNPE em junho uma proposta de criar uma SPE na qual o setor privado viria fazer o investimento, mas a operação ficaria a cargo da Eletronuclear — explicou o Ministro.

DUAS VISÕES SOBRE A ENERGIA NUCLEAR

Com uma participação pequena na matriz energética brasileira, a aposta na energia nuclear ainda divide especialistas. Para o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, esta fonte de energia deve fazer parte do planejamento estratégico do país no setor, embora tenda a continuar com uma fatia diminuta. Para o especialista David Zylbersztajn, porém, existem outras alternativas disponíveis mais atraentes do ponto de vista econômico.

— Não defendo que a expansão do setor elétrico brasileiro seja feita em cima da energia nuclear. Não é do ponto de vista da expansão, é muito mais do ponto de vista de estratégia do país — disse o ministro, que é favorável à criação de novas usinas em outras regiões, particularmente no Nordeste, embora reconheça que estes projetos não devem avançar até o fim do governo atual. Para Zylbersztajn, o país não precisa da energia nuclear, e o custo tem se mostrado um fator impeditivo: — O Japão não tem fontes de energia e está abandonando a nuclear. A Alemanha está abandonando. Se pegar os R\$ 9 bilhões gastos em Angra 3 e mais R\$ 9 bilhões para concluir, o custo de geração é estratosférico.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Como será o amanhã no setor de petróleo

País tem dez leilões marcados até 2019, mas outras fontes, como gás natural e energia renovável, devem ganhar espaço.

Numa iniciativa elaborada para atrair investimentos, o governo programou um calendário de dez leilões de petróleo até 2019. Depois de ficar seis anos sem realizar certames, a decisão é apontada como uma estratégia acertada para que o país volte a fazer parte do mapa dos investidores estrangeiros. Mas enquanto o Brasil cria as bases para a expansão do setor de óleo e gás, o mundo já procura novas fontes de energia consideradas mais limpas. No encontro promovido pelo jornal O GLOBO “E agora, Brasil?”, especialistas discutiram como o país deve atravessar essa fase de transição. Para David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e diretor-sócio da DZ Negócios com Energia, o calendário de dez rodadas de petróleo pode ser considerado “ousado”. — Vejo com muita satisfação a volta dos leilões, ficamos seis anos sem fazer. A sinalização é ótima. Se fizermos sete ou oito, isso pode ser considerado um sucesso. (O

resultado) vai depender do que vai acontecer no mundo, das mudanças no México, na África. As empresas vão, neste momento, para países como México, Líbia, Iraque, além de Moçambique, Nigéria e Senegal. Os estudos indicam que a era do petróleo foi o século XX.

DEMANDA NÃO DEVE AUMENTAR

Para Zylbersztajn, quando se olha para o futuro, outras fontes tendem a ganhar espaço, como o gás natural e a energia solar. — O gás natural é a energia de transição. O mundo hoje passa do petróleo para o gás natural — disse, destacando que um passo posterior seria o maior investimento em energia solar. Alguns fatores que pesam contra a aposta na expansão do setor de petróleo são a falta de perspectiva de aumento de preço, diante da retomada da produção em alguns países e da abertura de mercado no México. Nos cálculos de Zylbersztajn, a demanda global por petróleo deve passar de 92 milhões a 93 milhões de barris diários para 94 milhões nos próximos anos. Com a perspectiva de produção em abundância, alguns mercados saíram na frente. O especialista destaca que, somente no ano passado, 13 mil famílias estrangeiras deixaram Macaé com o fim da euforia do petróleo. Segundo Zylbersztajn, não se discute no Brasil qual projeto de país que se imagina no setor de energia e os impactos que as diferentes fontes poderão acarretar no futuro:

— Quando se descobriu o pré-sal, pensava-se que ele seria o passaporte para o futuro. Essa é uma das grandes besteiras que ouvi nos últimos anos, porque no século XXI estamos apostando em uma energia do século XX. O pré-sal hoje está salvando a produção brasileira de petróleo. Estamos apostando em uma energia do passado. Existe uma busca frenética, países como Japão, Alemanha, Estados Unidos e China procuram o sucessor do petróleo — disse Zylbersztajn. O executivo destacou que o país não terá mais condições de desenvolver projetos de grande porte de usinas hidrelétricas. Diante disso, chegou a hora de pensar em eficiência energética. — Temos que pensar como vamos usar melhor a energia que temos. Temos de pensar como o Brasil vai se inserir dentro de um contexto de eficiência. E, se a gente não se preocupar com isso, o Brasil ficará muito para trás e não haverá motivo para se regozijar e dizer que estamos produzindo mais petróleo e vamos produzir mais eletricidade. Ela está sujando cada vez mais nossa matriz energética. As termelétricas em 2000 eram 5%. Hoje, são quase 20%. Isso é um retrocesso — destacou Zylbersztajn.

‘VAMOS APROVEITAR NOSSO POTENCIAL’

O ministro Fernando Coelho Filho avalia que, apesar das perspectivas de mudança no setor, o país ainda tem muito a explorar. Ele lembra que o Brasil já furou 30 mil poços. A Argentina, 60 mil. Enquanto os Estados Unidos perfuram 60 mil poços por ano. — De fato vai haver um shift (mudança) na tecnologia do

futuro, mas tem muito a explorar. Enquanto o gás natural não vem, vamos aproveitar nosso potencial — disse. Coelho Filho ressaltou ainda que as novas regras do setor vão atrair empresas que ainda não atuam no Brasil e lembra que as estrangeiras terão de cumprir as mesmas regras que as companhias nacionais. Indagado sobre quais empresas serão responsáveis pelas obras para os projetos no país, considerando que grandes construtoras entraram em crise após a Operação Lava- Jato, o ministro afirmou que empresas médias ou pequenas têm neste momento uma oportunidade de crescer e ocupar esse espaço no mercado. — Para suprir esse espaço tem empresas sendo adquiridas por companhias estrangeiras. Outras estão entrando no país — disse. O ministro ressaltou ainda que pretende iniciar discussões neste ano sobre a exploração de óleo e gás não convencional. — Tem muito gás não convencional no Brasil e fica essa insegurança jurídica, na qual alguns estados já proibiram, mas a gente não tem uma legislação. Mas tem muito potencial. A gente não pode deixar de aproveitar esse potencial — concluiu o ministro .

PAÍS SE TORNARÁ AUTOSSUFICIENTE EM GÁS ATÉ 2022

O gás natural pode ganhar papel de maior importância na matriz energética nos próximos anos. De olho no desenvolvimento das reservas do pré-sal, o governo pretende fazer mudanças importantes na política de gás. Isso é necessário ainda em razão da venda de ativos da Petrobras no setor. A estatal está deixando de ser a líder nos projetos em desenvolvimento, papel que será assumido pela iniciativa privada. Até o fim do mês, o Ministério de Minas e Energia pretende lançar as resoluções finais do programa Gás para Crescer, que serve como um novo marco regulatório para o setor.

O ministro Fernando Coelho Filho disse que o Brasil vai ser autossuficiente em gás entre os anos de 2021 e 2022. Ele cita um exemplo do potencial de gás. O Campo de Pão de Açúcar, no pré-sal da Bacia de Campos, tem 15 milhões de metros cúbicos. Segundo ele, é metade da capacidade do Gasoduto Brasil-Bolívia. — O gás vai ter uma entrada muito grande. Estamos às vésperas da renovação do contrato de importação de gás da Bolívia, que vence em 2019. Uma das iniciativas é o Gás para Crescer. Todo mundo participou. Haverá muitos players (empresas) para poder usar todo esse gás. E é preciso aproveitar as oportunidades. O gás sempre esbarrava no gás importado. Em 2021 e 2022, o país será autossuficiente em gás e a gente quer aproveitar esse gás para o desenvolvimento no país — disse o ministro de Minas e Energia.

LEILÃO DE TERMELÉTRICAS

Segundo ele, dentro das novas diretrizes do Gás para Crescer, o governo pretende fazer no fim do ano o primeiro leilão de usinas termelétricas a gás para operar na base do sistema. Ou seja, vão operar de forma contínua. Hoje, as termelétricas,

independentemente da fonte de energia, só são acionadas em casos de emergência, quando o nível dos reservatórios está baixo. Ele cita um levantamento da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a reguladora do setor, que aponta que, se as termelétricas que operam hoje apenas em casos emergenciais atuassem de forma contínua, haveria ganho financeiro e o nível dos reservatórios seria maior. — E isso está sendo projetado para os leilões que o governo quer fazer no fim do ano: a termelétrica inflexível a gás (que opera sem interrupção), que é a fonte térmica firme mais barata que temos. Um leilão que fazemos este ano só entra no sistema em cinco ou em seis anos. Ter geração na base vai dar estabilidade na base e vai trazer segurança, sobretudo no Nordeste — disse o ministro.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:

Título: Incentivo para gerar sua própria energia

Comércio cobra condições mais atraentes de crédito para financiar instalação de painéis solares e expandir geração distribuída

O governo planeja incentivar a criação de linhas de financiamento para estimular o desenvolvimento da geração de energia distribuída, a que é feita pelo próprio consumidor por meio de painéis solares. O comércio, um dos principais interessados no assunto, se queixa da falta de crédito disponível para investimentos nesta área. Integrante do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Olga Côrtes Simbalista destacou o impacto que esta forma de gerar energia pode ter para o setor: — No setor comercial, um dos grandes temas é a geração distribuída por painéis solares. A geração distribuída é a primeira grande revolução do setor elétrico em mais de cem anos. A geração distribuída poderia aumentar ainda mais a fatia de energia limpa na matriz elétrica. Atualmente, o país conta com 75,5% de energia hidrelétrica e 2,74% de energia eólica. Olga destacou durante o evento que a tecnologia está avançando de uma forma mais acelerada que a da energia eólica.

E, segundo a executiva, o empresário tem vocação para entrar nesse segmento. — Mas, nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, nós não temos a disponibilidade de linhas de crédito como as do Banco do Nordeste, que oferece condições completamente diferentes, com taxas de juros baixas. A garantia do financiamento é o próprio equipamento a ser comprado, e a amortização é feita com a produção de energia de três anos a quatro anos — destacou Olga. De acordo com a executiva, o BNDES tem linhas de financiamentos, mas apenas para projetos com valor acima de R\$ 5 milhões: — O BNDES tem o dinheiro parado. Nós precisamos dar capilaridade a esse investimento para o pequeno empresário.

O BNDES, através de agentes estaduais ou da própria Caixa Econômica Federal, pode fazer com que esse aproveitamento seja mais efetivo e venha a beneficiar em particular o segmento comercial.

NEGOCIAÇÃO COM A CAIXA

O ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, disse concordar com a representante da CNC e que essa “pressão” do setor do comércio ajuda desenvolver ainda mais o segmento de geração distribuída: — A geração distribuída tem um potencial muito maior. Ainda não conseguimos as taxas que gostaríamos de ter com a Caixa. Estamos conversando ainda, mas acredito que a gente possa conseguir essa capilaridade e obter taxas melhores. SETOR PRECISA SER ESTIMULADO David Zylbersztajn, ex-diretor geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), disse que a cidade de Boston, nos Estados Unidos, está inventariando todos os telhados para avaliar o potencial de instalação de painéis solares para geração própria de energia. — Em São Paulo, quase todos os prédios do Centro têm gerador a diesel. É uma poluição monumental que não é captada e que não precisa de autorização. De outro lado, tem cogeração a gás natural, que precisa de muita autorização. No solar você é cobrado ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) quando na realidade você precisava ser estimulado — destacou Zylbersztajn.

UM LONGO CAMINHO PARA ATRAIR INVESTIMENTOS

Na tentativa de atrair investimentos privados para o setor de petróleo e gás, o governo vem fazendo uma série de mudanças na legislação. Do poço ao posto, vem buscando alternativas para que o petróleo ajude no desenvolvimento da economia, que ainda dá poucos sinais de uma retomada vigorosa. Primeiro, atendeu ao pleito da indústria e da Petrobras, e alterou o regime de partilha. Com as mudanças, liberou a Petrobras de ser a operadora única dos campos do pré-sal e desobrigou a companhia de ser acionista de todas as áreas com uma participação de ao menos 30%. Depois foi a vez de alterar as regras do conteúdo local. De olho nas petroleiras internacionais, flexibilizou as regras e baixou pela metade os índices de obrigatoriedade de contratação nacional.

Acabou ainda com uma lista de dezenas de itens que deveriam seguir os índices estipulados pelo governo e criou grupos que englobam essas atividades, como exploração e produção. Um dos objetivos é acabar com a fila de empresas que entram com pedido de waiver, uma licença concedida pela ANP que permite o descumprimento do percentual de conteúdo local previsto em contrato. Além disso, o governo elaborou um cronograma de longo prazo dos leilões de petróleo para dar previsibilidade às empresas. Já para a 14ª Rodada de leilões de áreas, que a Agência Nacional do Petróleo (ANP) vai realizar em setembro, o governo decidiu reduzir o valor dos royalties tanto para novas fronteiras ainda

inexploradas como para bacias terrestres já bem conhecidas. Já campos terrestres de áreas maduras poderão ficar em leilão permanente, ou seja, se houver algum interessado não precisará esperar pelo novo leilão no ano seguinte.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Governo espera levantar R\$ 11 bi com concessão de hidrelétricas

Leilão de 4 usinas operadas pela Cemig deve ocorrer em setembro

O governo federal espera arrecadar ao menos R\$ 11 bilhões com o leilão para a concessão de quatro usinas hidrelétricas que eram operadas pela Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). As diretrizes para o certame, que deverá ser realizado em setembro, foram publicadas ontem no Diário Oficial da União (DOU). Esse valor foi definido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) e é o montante mínimo de bônus de outorga que, ao todo, deverá ser pago pelas empresas que arrematarem as usinas. Com as diretrizes lançadas, o edital será definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Os próximos passos são a realização de uma consulta pública e a votação do edital pela diretoria colegiada da agência. Haverá pagamento de bônus de outorga porque as usinas já estão prontas e em operação. O pagamento deverá ser feito à vista, no ato de assinatura dos contratos de concessão, o que deve ocorrer ainda este ano. Segundo a resolução, será critério de julgamento das propostas o maior valor de bonificação pela outorga. Porém, o que ultrapassar o valor mínimo previsto não poderá ser repassado à tarifa de energia elétrica.

REFORÇO NO CAIXA

Com isso, o governo pode arrecadar ainda mais com o leilão das usinas, já que o dinheiro vai diretamente para a conta do Tesouro Nacional após a assinatura do contrato. A equipe econômica vai usar esse dinheiro como receita extraordinária para ajudar a cumprir a meta fiscal de 2017, de déficit de R\$ 139,5 bilhões. O valor já está previsto no último relatório de avaliação de receitas e despesas. Por isso, o governo corre contra o tempo para realizar o leilão ainda este ano e não precisar contingenciar o Orçamento ainda mais. Somando 2,9 gigawatts em capacidade instalada (pouco mais de 3% da capacidade instalada hidrelétrica total em operação no Brasil), as usinas que vão a leilão são São Simão (na divisa entre Goiás e Minas Gerais), Jaguará (na divisa entre Minas e São Paulo), Miranda e Volta Grande (ambas em Minas Gerais). Elas serão relicitadas devido ao final de suas concessões, que pertenciam à Cemig. A confirmação dos valores de outorga e regras para o leilão frustra os planos da Cemig, controlada pelo governo do

estado de Minas Gerais, que inicialmente tentou garantir na Justiça uma renovação dos contratos, o que foi barrado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Depois, a empresa tentou uma solução negociada junto ao governo federal, mas não teve sucesso. Em 2012, o governo de Minas Gerais optou por não aderir à renovação antecipada de contratos de hidrelétricas proposta pelo governo Dilma Rousseff e perdeu o direito às concessões ao fim dos contratos. Naquela época, as usinas que aderiram à política de renovação antecipada dos contratos se comprometeram a reduzir as tarifas de energia elétrica, que desde aquela época vivem uma montanha-russa, com valores que pressionam a inflação. A usina São Simão terá outorga mínima de R\$ 6,74 bilhões. Jaguará terá bônus mínimo de R\$ 1,9 bilhão. Em Miranda, a outorga será de R\$ 1,1 bilhão. Já em Volta Grande, a cobrança será de R\$ 1,29 bilhão. Fontes no mercado avaliaram que o valor colocado pelo governo é “interessante” e pode haver, inclusive, um ágio na disputa. Esse cenário seria o ideal para a União.

LEILÃO DE DISTRIBUIDORAS

As empresas que vencerem a licitação deverão comercializar 70% da energia das usinas no chamado mercado regulado, ou seja, com as distribuidoras de energia elétrica. O restante poderá ser vendido no mercado livre. Ainda no setor elétrico, o BNDES está finalizando os estudos para a venda de distribuidoras de energia da Eletrobras, incluídas no Programa de Parceria em Investimentos (PPI). O resultado deve ser apresentado até julho, e os leilões estão previstos para o segundo semestre deste ano. São seis empresas que atendem aos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí, e foram federalizadas por não despertarem interesse durante o processo de privatização do setor, nos anos 1990. A Eletrobras tem apresentado recorrentes prejuízos com os ativos. Em 2016 anunciou que sairá do setor de distribuição de energia e, por isso, não renovaria as concessões. Já a Centrais Elétricas de Rondônia deve ser levada a leilão no primeiro semestre de 2018.

Opinião : ENXUGAR

DECISÃO LOUVÁVEL a do Ministério do Planejamento de limitar o crescimento da folha de salários de estatais que fazem planos de demissão voluntária.

OCORRE QUE, feitos os PDVs, as empresas costumam reocupar as vagas abertas. Pois é da natureza da empresa dita pública aumentar gastos. Salariais, de preferência.

A NORMA deveria ser aplicada mesmo em estatais que não apliquem esses planos. Por exemplo, com o não preenchimento de vagas abertas por

aposentadorias. Como o inchaço de pessoal nessas companhias é a norma, a regra, com o tempo, terminaria enxugando minimamente as empresas.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Lei de licenciamento ambiental é criticada

Ambientalistas veem retrocesso em projeto na Câmara que reduz exigências

O projeto da nova lei de licenciamento ambiental em discussão na Câmara dos Deputados altera radicalmente as regras e acaba com a necessidade de autorização ambiental para uma série de empreendimentos. Com oposição do Ministério do Meio Ambiente e do Ibama, a criação de uma lei geral de licenciamento nesses moldes é encampada pela bancada ruralista do Congresso. O projeto acaba com o licenciamento para atividades como agropecuária extensiva, asfaltamento de rodovias (cuas estradas já tenham sido abertas), dragagem de portos e obras de saneamento. Asfaltamentos de estradas da Amazônia já abertas deixariam de precisar de autorização para as obras, por exemplo. Para derrubar a mata, no entanto, ainda seria preciso autorização.

As regras para licenciamento de projetos com potencial de impacto ambiental não são estabelecidas hoje por uma lei única, tendo como base para a regulação um emaranhado de resoluções, pareceres e instruções normativas de várias estruturas de União, estados e municípios. Na avaliação de técnicos da área ambiental, a Câmara nunca esteve tão disposta a aprovar mudanças na legislação sobre licenciamento como atualmente, num contexto de reformas e diante da necessidade de destravar investimentos. Por isso, desde o início do mandato do presidente Michel Temer, o governo federal discute uma lei geral de licenciamento e chegou a propor um substitutivo acordado com ambientalistas, empresários e parlamentares ligados à agropecuária. O projeto original é de 2004 e já tem urgência aprovada há anos.

VOTAÇÃO DIRETO EM PLENÁRIO

As negociações entre o ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, e os deputados emperraram, e a bancada ruralista decidiu tocar o projeto, cuja última versão foi apresentada pelo relator, o deputado Mauro Pereira (PMDB-RS), nesta semana. O projeto deve ser votado diretamente no plenário da Câmara, sem passar pelas comissões. Para o Ibama, o projeto “não tem condições técnicas e jurídicas de prosperar sem alterações profundas”. — Se o texto for aprovado na forma como está hoje, trará retrocessos inaceitáveis para a política ambiental. A lei geral é

importante e deve ser aprovada, mas a base não pode ser essa — disse ao GLOBO a presidente do Ibama, Suely Araújo.

RISCO DE GUERRA AMBIENTAL

Segundo técnicos do governo, dois pontos são inegociáveis e devem ser votados separadamente. O projeto estabelece que os estados deverão definir critérios e parâmetros para o rito do licenciamento ambiental a ser empregado. Na avaliação do governo, isso pode gerar uma “guerra ambiental” entre os estados, nos moldes da disputa fiscal. Mas a “briga” seria entre quem oferecesse critérios menos rígidos para o licenciamento, com o objetivo de atrair investimentos, colocando a preservação ambiental em segundo plano. Outro tópico preocupante é o que permite que os projetos sejam realizados em unidades de conservação sem a necessidade de se obter, previamente, autorização do órgão gestor — em nível federal, o Instituto Chico Mendes (ICMBio). O órgão só seria consultado em casos de unidades de proteção integral, como um parque nacional. Já uma floresta nacional, por exemplo, poderia ser alvo de um projeto de mineração, sem ouvir o ICMBio. — O prejuízo é enorme.

O licenciamento é o mecanismo especial que permite ampla participação social e garante salvaguardas mínimas para que os prejuízos ambientais não aconteçam e para que as medidas de compensação ocorram — disse o vice-presidente da organização Conservação Internacional, Rodrigo Medeiros. O relator, deputado Mauro Pereira, defende o texto: — Hoje, todos os projetos são executados por meio de resoluções, é tudo muito difícil no licenciamento ambiental no Brasil. Só pelo fato de você ter um regramento no licenciamento já facilita. Hoje, a pessoa começa um licenciamento e não sabe com quem falar. Com a lei federal, vai ter um roteiro, um marco regulatório. Em outro ponto polêmico, o texto impede que alguns condicionantes sejam determinados em projetos de grande impacto socioambiental, como a construção de barragens. É comum, nesses casos, que o Ibama determine a construção de casas populares e saneamento como forma de compensar danos ambientais. ()

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Governo espera arrecadar R\$ 11 bi com leilão de hidrelétricas

O governo federal espera arrecadar ao menos R\$ 11 bilhões com os leilões de quatro hidrelétricas previsto para setembro. São usinas que eram operadas pela estatal mineira Cemig, mas cujos prazos de concessão chegaram ao fim.

O valor mínimo das outorgas foi anunciado nesta quarta (17) pelo CNPE (Conselho Nacional de Política Energética).

"O governo tem pressa por conta da necessidade de receber os recursos ainda este ano", disse o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, em entrevista durante o Encontro Nacional do Setor Elétrico (Enase), no Rio.

Questionado se espera ágio na disputa, respondeu apenas: "Tomara". A outorga deverá ser paga em parcela única, no ato de assinatura dos contratos.

A usinas que vão a leilão são São Simão (na divisa entre Goiás e Minas Gerais), Jaguará (na divisa entre Minas e São Paulo), Miranda e Volta Grande (ambas Minas Gerais). Elas têm uma capacidade somada de 2,9 gigawatts.

Os ativos são alvo de disputa do governo de Minas com a União. Em 2012, o Estado optou por não aderir à renovação antecipada de hidrelétricas proposta pelo governo Dilma e perderia o direito às concessões ao fim dos contratos.

O governo mineiro, porém, chegou a ir à Justiça para tentar manter as operações e tentava também uma solução negociada com o governo federal.

De acordo com a resolução do CNPE, a maior delas, São Simão, com 1,7 gigawatt em capacidade, terá bônus de outorga mínimo de R\$ 6,74 bilhões. Jaguará, com 424 megawatts, terá bônus de R\$ 1,9 bilhão.

Em Miranda, a outorga será de R\$ 1,1 bilhão, enquanto em Volta Grande a cobrança será de R\$ 1,29 bilhão.

As empresas que vencerem a licitação poderão vender 70% da energia das usinas junto às distribuidoras de energia, no chamado mercado regulado.

Ficarão com as concessões das hidrelétricas os proponentes que apresentarem as maiores ofertas.

DISTRIBUIDORAS

O ministro de Minas e Energia disse ainda que o BNDES está finalizando os estudos para a venda de seis distribuidoras de energia da Eletrobras. O resultado deve ser apresentado até julho e os leilões estão previstos para o segundo semestre.

São empresas que atendem os estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Alagoas e Piauí e foram federalizadas por não despertarem interesse durante o processo de privatização do setor, nos anos 1990.

A Eletrobras tem apresentado recorrentes prejuízos com os ativos e em 2016 anunciou que não renovaria as concessões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras obtém licença para operar plataforma no pré-sal

Dois meses após a instalação da plataforma P-66 no maior campo produtor de petróleo do país, a Petrobras recebeu a licença ambiental para iniciar as operações na unidade.

Com capacidade para produzir 150 mil barris por dia, a P-66 é a sétima plataforma do campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos, que produz atualmente 640 mil barris de petróleo.

O processo de licenciamento gerou críticas da estatal com relação ao tempo em que o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis) levou para analisar o caso.

O órgão alega, porém, que concluiu a análise antes do prazo final, que é 28 de junho. Em nota, diz que o prazo para este tipo de pedido é de seis meses e a estatal só deu entrada no processo em 28 de dezembro de 2016.

A unidade está no campo de Lula desde 16 de março, interligada a um poço com capacidade para produzir 30 mil barris por dia. Considerando o petróleo a US\$ 50 por barril, a unidade deixou de faturar cerca de US\$ 1,5 milhão por dia desde que foi instalada.

A P-66 é uma das quatro plataformas que a Petrobras espera colocar em operação até o final do ano - as outras são o teste de longa duração de Libra, que está a caminho do Brasil; e as plataformas P-67 e Cidade de Campos dos Goytacazes, que estão em obras.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Bandeira vermelha na conta de luz deve durar até novembro

A bandeira tarifária vermelha de patamar 1 deve continuar a elevar o preço das contas de luz até o fim do período seco, em novembro, quando o volume de

chuvas deve aumentar e elevar o nível dos reservatórios de hidrelétricas brasileiras. A previsão é do diretor-geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Luiz Barata.

A bandeira tarifária vermelha é acionada quando é preciso ligar usinas termelétricas, que produzem energia com custo maior que as hidrelétricas. Conta de luz .

“As nossas avaliações são de que, ao longo do período seco, o preço vai subir, porque cada vez mais vamos precisar das usinas térmicas. Se o lado benéfico delas é o fato de serem presumíveis e gerenciáveis e termos o controle dos combustíveis, o outro lado é serem mais caras”, disse Barata.

Segundo o diretor do ONS, em novembro, os reservatórios do Sudeste estarão com 20% da capacidade, e os do Nordeste, possivelmente abaixo dos 10%.

Quando a bandeira vermelha patamar 1 está em vigor, os consumidores pagam R\$ 3 a mais para cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. Em 2017, a bandeira patamar 1 está em vigor desde abril.

Campanha de conscientização

Barata informou que o governo pretende fazer uma campanha para estimular o uso de energia elétrica sem desperdícios. No entanto, segundo ele, não há previsão de racionamento.

“Não há risco de desabastecimento, mas existe quase uma certeza de encarecimento de energia, que às vezes só aparece no ano que vem, quando houver o reajuste tarifário.”

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, disse que a proposta da campanha já foi discutida em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico e que a medida deve ser lançada no segundo semestre.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás reduz drasticamente o custo de captação

Na segunda-feira passada, quando o risco Brasil medido pelo CDS (credit default swaps, ou custo do seguro contra calote) caiu abaixo dos 200 pontos, a Petrobrás captou US\$ 4 bilhões em bônus internacionais com juros substancialmente mais

baixos do que havia se comprometido a pagar no início deste ano. A decisão de reabrir emissões é parte da estratégia da estatal, que, simultaneamente, se beneficia do aumento da confiança no País e da recuperação da credibilidade da administração da empresa, dirigida desde o ano passado pelo ex-ministro Pedro Parente. A Petrobrás poderia ter captado não US\$ 4 bilhões, mas US\$ 20 bilhões, pois esse foi o montante em títulos da empresa que os investidores internacionais declararam estar dispostos a adquirir.

A companhia recupera o prestígio internacional de que dispunha antes do escândalo do petróleo, quando seus papéis figuravam entre os mais disputados do mercado global. A credibilidade da estatal está em recuperação graças a um conjunto de providências internas, tais como o corte de custos e a desmobilização de ativos, o que tem permitido investir prioritariamente em exploração e produção de petróleo bruto. Em 2017, a demanda brasileira de derivados subiu 45 mil barris/dia (b/d) comparativamente a 2016, mas a oferta (resultado da produção) deverá crescer bem mais (125 mil b/d), segundo o relatório de maio do mercado de petróleo da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês). Os leilões programados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) podem abrir novas perspectivas para a empresa.

Nos bônus com vencimento em 2022, o custo de captação caiu de 6,13% ao ano, em janeiro, para 4,88%, em maio; de 7,38% para 6% ao ano na emissão de 2027; e de 7,25% para 7% ao ano na emissão vencível em 2044. Os recursos serão usados na compra de papéis vencíveis em 2018 e que rendem mais aos investidores. Assim será possível cortar o custo da dívida da empresa, que ainda é elevada. Os resultados da colocação foram enfatizados por analistas do mercado financeiro. Aos olhos dos investidores, disse um deles, a empresa se recupera em velocidade superior à de outras companhias locais. Mas inclusive para estas a operação favorece o acesso ao mercado, pois continua sendo atraente a rentabilidade oferecida pelas empresas do País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Reuters

Título: Aneel vê mais atraso em obras da Abengoa

Um conjunto de linhas de transmissão de eletricidade cujas obras foram abandonadas pela espanhola Abengoa não deverá ficar pronto nos próximos cinco anos e os problemas podem se estender após 2022, estimou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que pediu ao governo estudos sobre o impacto da falta desses empreendimentos sobre o sistema elétrico brasileiro. A Abengoa paralisou todas suas obras no país em 2015, em meio a uma crise financeira de sua matriz, e pouco depois entrou com pedidos de recuperação

judicial de suas unidades brasileiras. Desde então, a Aneel tem tentado revogar os contratos de concessão do grupo para os empreendimentos paralisados, com intenção de refazer as licitações, mas a Abengoa tem conseguido decisões judiciais que a autorizam a manter os ativos para vendê-los dentro de seu processo de recuperação. “A Aneel antevê que as instalações em questão não estarão operacionais até o ano de 2022. Também há incerteza a respeito das evoluções das obras para além de 2022, mesmo na hipótese de relicitação das outorgas.” /

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Fernanda Guimarães

Título: Notas

» **Selo Verde.** O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recebeu confirmação de quatro empresas do setor de energia eólica para emissão de debêntures de infraestrutura com selo verde. As operações, que juntas somam cerca de R\$ 500 milhões, devem chegar ao mercado em até três meses. As debêntures dessas empresas terão certificação da Climate Bond Initiative (CBI), organização pioneira na mobilização de recursos envolvendo a emissão de títulos de dívida com apelo climático.

» **Âncora.** Cumprindo o mandato da gestão de Maria Silvia Bastos Marques, o BNDES tem feito esforços para fomentar esse tipo de iniciativa e, por meio do BNDESPar pode entrar como âncora das operações. Paralelamente, desenvolve um fundo de debêntures de energia renovável, que será lançado no segundo semestre.

» **Greenbonds.** A captação externa de US\$ 1 bilhão feita pelo banco no início de maio deve ser destinada não só para aquisições de debêntures de infraestrutura com selo verde, mas também para as linhas de crédito que dão apoio aos projetos de energia limpa. As debêntures normalmente representam 15% do capital a ser levantado nos projetos

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Mudança nas cotas 'perturbaria' tarifas, diz Aneel

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está fazendo estudos sobre os potenciais efeitos tarifários da chamada "descotização" da energia, a fim de

subsidiar uma decisão do governo sobre essa questão, disse Romeu Rufino, diretor-geral da agência reguladora.

Segundo ele, o efeito vai depender do nível da descotização. "Uma coisa é retirar uma usina, outra é realocar todas as cotas, isso tem impacto diferenciado. Causaria uma perturbação na harmonia tarifária, as cotas foram criadas para criar equilíbrio nas tarifas", disse.

O sistema de cotas de garantia física e potência foi criado pela polêmica Medida Provisória (MP) 579, de 2012, que determinou que as hidrelétricas já amortizadas com a concessão próxima de vencer iriam passar a receber uma receita para operação e manutenção dos ativos. Foi o principal ponto do plano da então presidente Dilma Rousseff para reduzir os custos de energia. A tarifa, acima de R\$ 100 por megawatt-hora (MWh) na época, caiu para a faixa de R\$ 30/ MWh nos contratos cotizados. Hoje, as cotas estão com tarifa na faixa de R\$ 60/MWh.

O Valor publicou uma reportagem na semana passada informando que o governo prepara uma nova MP, que vai tirar essa energia das cotas. A ideia seria permitir que as empresas afetadas - praticamente todas do grupo Eletrobras - pudessem vender essa energia no mercado livre, em uma espécie de mercado secundário de energia.

"Se você retirar todas as cotas, vai impactar de forma diferenciada todas as distribuidoras. Estamos fazendo os estudos para subsidiar uma decisão do governo", disse Rufin. Nesse estudo, a Aneel está graduando o efeito tarifário de acordo com o potencial nível de "descotização".

De acordo com Luiz Barroso, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a mudança no sistema de alocação das cotas já é discutida no setor elétrico há algum tempo. "É um processo que se discute há uns dois anos, mais ou menos, o que é super natural. Não sei se faz sentido, temos que fazer as contas", disse Barroso.

Além da questão do efeito tarifário, que causa preocupação devido ao possível aumento da inadimplência e dos furtos de energia, a possível mudança também já gerou discussão sobre a destinação dos recursos que seriam arrecadados com a diferença entre a tarifa das cotas e o valor que pode ser obtido no mercado livre.

Segundo André Dorf, presidente da CPFL Energia, a mudança pode ser positiva, desde que esses recursos fiquem no setor elétrico e ajudem a reduzir encargos e subsídios pagos pelos consumidores.

Segundo Nelson Leite, presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), uma finalidade viável seria utilizar o benefício da

medida para amortecer a "conta-ACR", conta cobrada dos consumidores nas tarifas de energia para pagar os empréstimos bilionários contraídos para socorrer o caixa das distribuidoras. Ao todo, foram contraídos R\$ 21,2 bilhões em empréstimos, dos quais já foram quitados cerca de R\$ 10 bilhões. Esses empréstimos serão pagos até 2019.

Leite também disse ser favorável à "descotização" se ela vier em conjunto com a desconstrução de outras contas mais caras, como algumas térmicas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira

Título: A luta para não elevar o corte dos gastos

Mesmo com a série de indicadores favoráveis que apontam para a retomada da economia, o governo ainda não tem o que comemorar na área tributária. A previsão que ele fez para a arrecadação dos tributos administrados pela Receita Federal (excluída a contribuição para a Previdência Social) no segundo bimestre não se confirmou.

O governo esperava arrecadar R\$ 143,6 bilhões no segundo bimestre deste ano com os tributos administrados pela Receita (excluída a contribuição previdenciária), líquidos de restituições e incentivos fiscais. No primeiro quadrimestre, a projeção era de R\$ 297,3 bilhões. Os resultados do bimestre e do quadrimestre, no entanto, ficaram bem abaixo das previsões, de acordo com dados preliminares do Siafi, o sistema eletrônico que registra as despesas e receitas da União.

Ainda não é possível saber se houve frustração também nas receitas não administradas (que incluem as concessões de serviços públicos, os dividendos de estatais federais, os royalties do petróleo, entre outras). Todos esses dados estarão disponíveis na próxima segunda-feira, quando o governo encaminhará ao Congresso Nacional o relatório de avaliação fiscal relativo ao segundo bimestre.

Houve frustração da receita prevista para o 2º bimestre

A questão é saber se a frustração ocorrida na arrecadação de tributos federais administrados pela Receita obrigará o governo a fazer novo contingenciamento nas dotações orçamentárias deste ano, ou seja, um novo corte de gastos. A programação das despesas do Tesouro para este ano foi estabelecida em função das projeções para as receitas. Se estas não se concretizarem, os gastos têm que ser reduzidos, pois, do contrário, a meta fiscal deste ano não será alcançada.

A avaliação da área econômica do governo, no entanto, é que não há mais espaço para redução de despesas, depois do contingenciamento de R\$ 42,1 bilhões realizado em março passado. O desejo é justamente o contrário: obter receitas extras que permitam um relaxamento do corte.

Um recente estudo feito pela Secretaria de Política Econômica (SPE), do Ministério da Fazenda, concluiu que se o corte de R\$ 41,2 bilhões for executado, a política fiscal deste ano será contracionista em 0,49 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB). Parece ser uma contração excessiva, que poderá prejudicar os tênues sinais de retomada da economia.

O mais adequado, argumentam os técnicos, seria garantir que a política fiscal caminhasse em direção à neutralidade, nem expansionista e nem contracionista. Isto vai depender, no entanto, da capacidade do governo em obter receitas extras, pois a área econômica não admite sequer discutir a hipótese de mudar a meta fiscal definida para este ano, de déficit primário de R\$ 143,1 bilhões para todo o setor público.

A frustração da receita administrada no segundo bimestre poderá ser compensada de várias maneiras. O governo não incluiu, em suas projeções para a arrecadação deste ano, os recursos que serão obtidos com a terceira rodada de leilões do pré-sal marcada para novembro. Por decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), serão licitadas quatro áreas nas bacias de Campos e Santos: Peroba, Pau Brasil, Alto de Cabo Frio-Oeste e Alto de Cabo Frio-Central.

A expectativa do Ministério de Minas e Energia é que sejam arrecadados R\$ 4,5 bilhões. Como já há decisão do CNPE sobre essas licitações, o governo deverá incluir essa receita na nova previsão da arrecadação deste ano. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), por sua vez, anunciou que espera obter uma arrecadação adicional de R\$ 1,5 bilhão com o leilão das quatro hidrelétricas da Cemig, com contratos vencidos ou prestes a vencer. A previsão inicial com o bônus de outorga das hidrelétricas era de R\$ 10,1 bilhões. Agora é de R\$ 11,6 bilhões. Essa nova estimativa certamente será considerada no relatório de avaliação fiscal do segundo bimestre.

Na terça-feira, o presidente Michel Temer baixou medida provisória autorizando a renegociação, em condições vantajosas, das dívidas dos Estados e municípios com o INSS, no montante de R\$ 90,1 bilhões. Ao aderir a este Refis, os governadores e prefeitos terão que pagar 2,4% do estoque de seus débitos ao Tesouro de julho a dezembro, o que daria algo como R\$ 2 bilhões. Essa receita também poderá ser incluída no relatório.

Há, no entanto, algumas questões nebulosas. Na segunda-feira passada, o governo enviou ao Congresso um projeto de lei que permite reverter aos cofres

da União os recursos de precatórios pagos, mas que não foram sacados pelos favorecidos depois de dois anos. O projeto vai tramitar em regime de urgência.

A expectativa do governo é obter cerca de R\$ 8,5 bilhões, logo depois da aprovação da medida. A questão é saber se a área econômica já incluirá esses recursos na sua nova projeção de arrecadação deste ano, que será divulgada com o relatório relativo ao segundo bimestre. Em passado recente, o Tribunal de Contas da União (TCU) fez restrições a que o governo considere em suas projeções matérias que ainda não foram decididas pelo Congresso. Mesmo que não seja considerada nesta reavaliação, a receita com os precatórios pode permitir que a área econômica reduza o corte de R\$ 42,1 bilhões no futuro.

Ainda não se sabe como o governo tratará o Programa de Regularização Tributária (PRT), que teve, no relatório extemporâneo do primeiro bimestre uma receita estimada em R\$ 8 bilhões. O governo trava uma queda de braço com setores de sua própria base de apoio no Congresso, que querem ampliar os benefícios do parcelamento de débitos tributários. A proposta aprovada na comissão especial, que analisou a medida provisória que criou o PRT, diminuiria drasticamente a previsão de receita. O governo reagiu e luta agora para reduzir o estrago. A questão é saber qual a previsão da receita com o PRT será colocada no relatório.

O prazo de adesão ao PRT vai até o dia 31 de maio. Se a medida provisória não for convertida em lei até lá, ela perderá validade e só as dívidas daqueles que aderiram ao programa serão regularizadas, o que foi muito pouco até agora. Há rumores de que o governo iria editar outra MP com novas condições para o programa.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Daniel Rittner e Raphael Di Cunto

Título: Governo estuda acelerar MP da mineração

Em troca de apoio à reforma da Previdência, o governo estuda antecipar uma medida provisória que eleva os royalties da mineração e tem sido esperada pelo mercado há meses. O pedido de aceleração da MP foi feito pelo coordenador da bancada de Minas Gerais, deputado Fábio Ramalho (PMDB), que almoçou ontem com o presidente Michel Temer e insistiu na importância de aumento imediato da Contribuição Financeira para a Exploração dos Recursos Minerais (Cfem).

Um ministro com gabinete no Palácio do Planalto disse ao Valor que a mudança nos royalties pode sair antes da votação da reforma na Câmara e depende apenas de um pente-fino dentro do governo, mas não existem divergências relevantes. Os royalties para o minério de ferro vão ser elevados de 2% para até 4%, com alíquotas móveis que seguem uma "banda" de preços, conforme os altos e baixos da commodity no mercado internacional.

De acordo com Ramalho, o projeto vai gerar receita para os municípios sem criar despesa para o governo federal. O pedido é para que a MP saia antes da votação da reforma, o que o Palácio do Planalto pretende que ocorra em duas a três semanas. Para o pemedebista, que ocupa a vice-presidência da Câmara, será preciso esperar mais de um mês para a votação. "Pedi para sair antes da Previdência. Não é troca. É uma forma de juntar mais gente a favor da reforma", afirmou. O presidente encarou a sugestão, que também agrada aos deputados do Pará, como positiva, segundo Ramalho.

Duas ou três MPs já vinham sendo elaboradas ao longo dos últimos meses. Os textos preliminares saíram na terça-feira do Ministério de Minas e Energia e foram remetidos para análise de outras duas pastas - Fazenda e Planejamento - que precisam dar aval. Em seguida, caberá à Casa Civil a última revisão e o encaminhamento para assinatura de Temer.

O assunto tem forte apelo nos municípios detentores de jazidas porque eles ficam com 65% da arrecadação com a Cfem. Em 2016, as receitas totais atingiram R\$ 1,8 bilhão - os Estados mineradores se apropriam de 23% e 12% vão para os cofres da União. Além da mudança nas alíquotas, os royalties serão cobrados sobre o faturamento bruto, não sobre o líquido. Com isso, a perspectiva é praticamente dobrar a arrecadação.

Ao contrário da reforma do código de mineração enviado ao Congresso Nacional pela ex-presidente Dilma Rousseff, que concentrava todas as mudanças em um único projeto de lei, a decisão do governo agora é fatiar o novo marco regulatório do setor. Uma MP tratará especificamente dos royalties. Outra focará a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em agência reguladora, com mandatos por tempo definido.

A única indefinição gira em torno de aproximadamente 20 alterações nas regras do setor, como o tempo para pesquisa e a exploração de jazidas, que podem sair por uma terceira MP ou serem encaixadas em uma das duas medidas provisórias. O objetivo do fatiamento é minimizar resistências dos parlamentares a pontos específicos da reforma durante a tramitação no Congresso.

Outra diferença crucial na comparação com o projeto assinado por Dilma em 2013 é que, desta vez, as novas alíquotas da Cfem serão incluídas na lei. A ex-

presidente queria apenas um aumento do teto dos royalties, mas definindo as alíquotas por decreto. Isso foi mal visto pelo setor, já que dava maior imprevisibilidade em torno do pagamento feito pelas mineradoras. O projeto costurado pelo governo anterior ficou parado no Congresso e nunca foi submetido a votação.

No mês passado, uma comitiva de sete prefeitos da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig) levou ao ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, pedido de urgência para a publicação da MP sobre os royalties. De acordo com a associação, o ministro sinalizou positivamente à demanda. A Amig acrescenta que outros países com grande produção de minérios, como o Canadá e a Austrália, já praticam alíquotas superiores a 10% atualmente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito, Camila Maia e Daniel Rittner

Título: Cemig negocia com investidores canadenses parceria em leilão

A estatal elétrica mineira Cemig está determinada a recuperar a concessão das quatro hidrelétricas cujos contratos venceram e serão relicitadas no segundo semestre. O Valor apurou que a companhia está negociando com investidores canadenses a possibilidade de formação de consórcio para disputar a concessão das quatro usinas.

Segundo uma fonte próxima do assunto, a empresa com a qual a Cemig discute a possibilidade de parceria pode ser o Ontario Teachers Pension Plan, fundo de pensão dos professores de Ontário e um dos maiores fundos do tipo do Canadá. Procurada, a Cemig não se manifestou até o fechamento desta edição.

O objetivo da Cemig, de acordo com outra fonte, é encontrar um sócio com recursos para fazer as propostas financeiras no leilão, já que a companhia está com alto nível de endividamento. A estatal mineira teria como vantagem a oferecer ao sócio o seu conhecimento técnico sobre a operação das usinas. Ainda não está definido qual seria a participação de cada empresa no consórcio.

Leilão está sendo preparado para dia 20 ou 22 de setembro, disse Romeu Rufino, diretor-geral da Aneel

A expectativa do governo, de acordo com despacho do presidente Michel Temer publicado ontem no Diário Oficial da União sobre o assunto, é arrecadar pelo menos R\$ 11,05 bilhões com bônus de outorga das quatro usinas. Pelo texto, o valor mínimo da bonificação pela outorga da usina de São Simão foi estabelecido

em R\$ 6,74 bilhões; o de Jaguará vale R\$ 1,91 bilhão; Miranda ficou em R\$ 1,11 bilhão; e Volta Grande por R\$ 1,29 bilhão.

"O governo tem pressa por conta da necessidade de poder receber recursos ainda este ano. Isso já está previsto no orçamento. Vamos seguir com o processo do leilão das usinas. Queremos ver se realizamos [o leilão] em setembro, mas o certo é que será no segundo semestre e o pagamento no segundo semestre", disse o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, após participar do Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico (Enase), principal evento do calendário do mercado de energia elétrica, no Rio.

Segundo o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, o edital do leilão de relicitação das quatro hidrelétricas que eram da Cemig deverá ser colocado em audiência pública já no fim desta semana. A autarquia convocou reunião extraordinária da diretoria para hoje, a fim de discutir o edital e colocá-lo em audiência pública.

Rufino explicou que, se a audiência começar nesta semana, será possível ter um edital no fim de junho, com alguns meses de antecedência antes do certame. "O leilão está sendo preparado para dia 20 ou 22 de setembro, então teremos antecedência suficiente para realização", disse o diretor, que também participou do evento no Rio.

Ainda com relação à Cemig, na terça-feira, o diretor Financeiro e de Relações com Investidores da companhia, Adézio Lima, afirmou que a empresa pretende mesmo disputar a concessão das quatro usinas no leilão. Durante teleconferência com analistas e investidores, o executivo disse que a estatal está negociando com empresas privadas uma parceria no leilão, mas não revelou os nomes nem a procedência das companhias.

A disposição da Cemig em recuperar a concessão das quatro usinas difere da estratégia da Eletrobras com relação a seus ativos. Nesta semana, o ministro Coelho Filho afirmou que a estatal pretende se desfazer de suas participações nas hidrelétricas de Belo Monte, no rio Xingu (PA), e Santo Antônio e Jirau, ambas no rio Madeira (RO).

A venda de participação minoritária em sociedades de propósito específico (SPEs), como é o caso das três usinas, é um dos modelos de desinvestimento da Eletrobras, que planeja levantar R\$ 4,6 bilhões com venda de ativos em 2017.

No caso das três hidrelétricas, a estratégia da Eletrobras é exercer cláusula de tag along nos casos em que os acionistas controladores negociarem a venda de suas participações acionárias para outras companhias.

O caso da usina de Santo Antônio é o mais avançado nesse sentido. Conforme o Valor apurou, os acionistas controladores do empreendimento estão em negociação de venda da participação para uma companhia chinesa e a Eletrobras tem interesse em exercer o tag along. No caso de Belo Monte, os controladores da Norte Energia buscam compradores para sua participação. Já em Jirau não há informações sobre negociações de venda de participações.

Ainda no Enase, ontem, o ministro Coelho Filho afirmou que o governo estuda a possibilidade de fazer um leilão de energia de reserva este ano. Segundo ele, porém, "algumas premissas precisam ser confirmadas". Ele também reafirmou que o governo quer priorizar as fontes renováveis na expansão da oferta do sistema.

A realização de novos leilões foi o principal questionamento feito durante o evento. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso, e o secretário-executivo do MME, Paulo Pedrosa, reforçaram que a equipe energética do governo está trabalhando para fazer leilões este ano.

Eles destacaram, porém, que deverá ser feito um leilão de energia existente antes de um leilão de energia nova.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Elétricas levam proposta à Aneel para encerrar caso GSF

Um grupo liderado pelas empresas AES Tietê, Enel, Light, Brookfield e Duke Energy deve entregar até o fim desta semana uma proposta à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para encerrar as disputas judiciais referentes à exposição ao déficit hídrico (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês) nos contratos no mercado livre.

Segundo André Pepitone, diretor da Aneel, a proposta, que foi formulada durante reuniões com a agência e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), envolverá a extensão das concessões das usinas, como uma contrapartida pela desistência das liminares que limitam o GSF.

O acordo deve destravar o mercado livre, que já tem uma inadimplência de R\$ 1,6 bilhão relacionada a essas liminares. Considerando as previsões de GSF e do preço de energia no mercado de curto prazo, o valor pode chegar a R\$ 15 bilhões ao longo do ano, inviabilizando as liquidações feitas pela CCEE.

Governo pretende ter uma solução antes da liquidação financeira das operações de maio, que ocorrerão em julho

A proposta envolve a extensão da concessão por um prazo médio de dois anos, disse, ao Valor, Rui Altieri, presidente do conselho da CCEE. "A proposta é pegar o GSF de 2015 e 2016 e calcular o risco [hidrológico] de 5%. Vão precificar tudo que for exposição acima de 5% e transformar em comercialização de energia ao fim da concessão. Dá um prazo aumentado de, em média, dois anos", disse Altieri.

Altieri e Pepitone participaram ontem do primeiro dia do Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico (Enase).

O problema do GSF tem origem na crise hídrica enfrentada nos últimos anos. Para preservar os reservatórios das usinas, o Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS) passou a despachar um volume menor da garantia física das empresas. O problema é que elas seguem precisando cumprir os contratos de venda de energia. Assim, ficam expostas aos preços de energia no mercado de curto prazo, que estão na faixa de R\$ 450 por megawatt-hora (MWh) neste mês.

Por exemplo, se uma usina tem 100 megawatts médios (MW médios) de garantia física, ela só vai gerar 80 MW médios se o GSF do período for de 20%. Se a usina tiver contratado 95% da sua garantia física, ou 95 MW médios, vai precisar comprar os 15 MW médios restantes no mercado livre.

O governo pretende chegar a solução sobre o tema antes da liquidação financeira das operações de maio, que acontece em julho, pois o GSF previsto para este mês é de cerca de 25%.

Segundo Altieri, é possível um acordo definitivo entre dois a três meses. "Se der tudo certo, daria para a liquidação de maio. Mas é realmente um desafio importante", disse ele.

Uma fonte próxima das negociações ouvida sob a condição de anonimado, porém, não se mostrou confiante sobre um acordo nesse prazo, pois não se sabe se a Aneel vai aceitar integralmente a proposta, nem se os credores no mercado de curto prazo concordarão com o parcelamento.

Se aceita, a proposta ainda precisará ser submetida a uma audiência pública pela Aneel. Segundo Pepitone, considerando a gravidade da situação, a agência poderia usar uma previsão legal que permite colocar a questão em audiência por 15 dias, e não os 30 dias de costume. Assim, a conclusão da negociação poderia ser antecipada para antes da temida liquidação de maio.

A discussão sobre o parcelamento dos montantes devidos pelas empresas desde 2015, que estão protegidos pelas liminares, é um obstáculo que pode atrasar as

discussões, segundo Altieri. "O parcelamento ainda está em discussão, pode ser maior. Menor que o prazo do ACR [ambiente de contratação regulado] não será", disse.

No ano passado, as geradoras com contratos no mercado regulado aceitaram a proposta para repactuar o risco hidrológico, e parcelaram os montantes devidos em seis vezes. Nesse caso, a discussão do parcelamento só aconteceu depois das quatro etapas de audiência pública sobre a proposta feitas na Aneel. "Fechamos todas as propostas, reunimos os credores e devedores na CCEE em março e em abril a Aneel publicou um despacho concordando com o parcelamento", disse Altieri.

Se a discussão acontecer durante a audiência pública, "ganhar-se-ia tempo", explicou.

"Caminhando ao longo do ano, temos um risco muito grande sem solução", disse. Ele não arriscou dizer se o mercado pode travar novamente, como aconteceu no passado, "mas é um risco muito grande você ter um mercado de curto prazo com valores tão grandes em aberto", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Ibama libera produção de plataforma da Petrobras no pré-sal

O Ibama emitiu ontem licença de operação para as atividades da plataforma P-66, da Petrobras, situada no campo de Lula Sul, no pré-sal da Bacia de Santos. A unidade já está instalada no local e aguardava apenas o aval do órgão ambiental para iniciar a produção no campo. A plataforma tem capacidade para produzir 150 mil barris diários de petróleo e 6 milhões de metros cúbicos diários de gás natural.

A emissão da licença foi antecipada na manhã de ontem pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real, do Valor.

De acordo com o plano de negócios da Petrobras para o período 2017-2021, a P-66 estava prevista para iniciar a produção no primeiro trimestre deste ano. O processo, porém, foi adiado devido à demora na emissão da licença ambiental.

Na última semana, a diretora de Exploração e Produção (E&P) da Petrobras, Solange Guedes, havia dito que aguardava apenas a licença para iniciar a produção da unidade. "Em breve teremos essa autorização para ir em frente", disse ela, na ocasião.

De acordo com informações do Ibama, no entanto, o requerimento para a emissão da licença foi protocolado no órgão em 28 de dezembro de 2016 e o prazo legal para a conclusão das análises, de seis meses, terminaria em 28 de junho. "Durante esse período, o Ibama fez uma série de exigências, que foram atendidas pela empresa", acrescentou o Ibama, em nota.

O órgão estabeleceu 36 condicionantes a serem cumpridas para a operação da plataforma. Entre elas está a elaboração de um plano de gerenciamento do projeto de monitoramento da atividade pesqueira na Bacia de Santos.

Mesmo com o adiamento do início de operação da P-66, a Petrobras mantém a sua meta de produção de petróleo em campos nacionais para este ano, fixada em 2,07 milhões de barris diários, inferior a marca traçada para o ano passado, de 2,145 milhões de barris diários.

A P-66 é a primeira das quatro unidades da Petrobras previstas para iniciar a produção neste ano. A próxima plataforma prevista para entrar em operação, em julho, é a unidade responsável pelo teste de longa duração (TLD) do campo de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos.

Também estão previstos o início de operação da P-67 e do FPSO Campos dos Goytacazes este ano.

MME / ASCOM .